

30/04/2026 10:35:25 - AGRO NEWS

ARTIGO/RODRIGO LIMA: SOLUÇÃO CLIMÁTICA NO AGRO: COMO AVANÇAR EM FINANCIAMENTO, INOVAÇÃO E ESCALA



Um dos legados da COP30 para o multilateralismo climático foi o amplo e rico debate sobre as soluções que a agricultura pode proporcionar para os objetivos do Acordo de Paris. A Agrizone, área que foi cuidadosamente planejada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para mostrar ao mundo os potenciais que a inovação pode trazer para os sistemas agrícolas, trouxe um senso de realidade inestimável para as discussões de clima e agricultura.

Existe um amplo consenso quanto a urgência de aprimorar tecnologias e práticas produtivas que proporcionem adaptação ao aumento da temperatura, às mudanças nos padrões de chuvas, ao surgimento de pragas, à degradação intermitente dos solos, que impactam a produção e, de forma mais ampla, fragilizam a capacidade de salvar a segurança alimentar global.

A disponibilidade a alimentos nutritivos e seguros, pilar essencial da segurança alimentar, depende de estratégias que possam fortalecer os sistemas agrícolas em meio aos impactos climáticos. Um estudo recente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que especialmente em anos secos, a produção agrícola pode diminuir em até 22%, enquanto o prolongamento dos períodos secos pode reduzir a produção de culturas como a soja e o milho em até 10%.

Além disso, diversas tecnologias e práticas de baixo carbono permitem reduzir a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) na agropecuária, o que é inestimável para ajudar a mitigar os impactos do aquecimento global.

O Plano ABC+ que estabelece metas para a agricultura de baixo carbono tropical propõe reduzir até 1 bilhão de toneladas de CO₂equivalente até 2030, alcançando 72,68 milhões de hectares. A disseminação de tecnologias no campo é uma oportunidade substancial para aprimorar os resultados da produção e fortalecer os sistemas produtivos. Integrar a agricultura familiar e até mesmo a aquicultura e pesca na agenda de agricultura de baixo

30/Abr/2026 14:01

carbono é essencial para gerar desenvolvimento.

Depois de muitos anos, a agricultura é tratada na Convenção do Clima (UNFCCC) como um setor que aporta soluções de mitigação, adaptação e ainda gera co-benefícios para a segurança alimentar, melhoria da qualidade de vida dos agricultores, dentre outros. O trabalho conjunto de Sharm el-Sheikh sobre ações climáticas na agricultura e segurança alimentar, grupo de discute agricultura, criou um portal online que já conta com pouco mais de 50 submissões que mostram um conjunto amplo de ações adotadas para aprimorar a produção de alimentos em meio aos eventos climáticos.

Um dos mandatos do Grupo de Sharm el-Sheikh é ampliar conhecimento sobre de que forma os mecanismos financeiros da UNFCCC, como o Fundo de Adaptação e o Fundo Verde para o Clima (GCF), bem como outros órgãos como o Centro e Rede de Tecnologia Climática, apoiam a implementação de projetos que geram ganhos de adaptação e mitigação na agricultura. O segundo relatório publicado em março de 2026, mostra que os projetos dedicados para agricultura estão crescendo, muito embora exista uma demanda enorme por recursos financeiros e cooperação.

Em 2025, foram aprovados 29 projetos pelo Fundo de Adaptação, totalizado US\$ 202,2 milhões. Desse montante, sete projetos (somando US\$ 56,8 milhões) foram destinados exclusivamente à agricultura e segurança alimentar, focando em resiliência climática, melhoria dos sistemas agrícolas, fortalecimento dos meios de subsistência e expansão de serviços de conhecimento. Outros investimentos com relevância indireta para o setor somaram US\$ 68,8 milhões, abrangendo projetos florestais, de desenvolvimento rural e programas multissetoriais. A carteira ativa total atingiu US\$ 1,5 bilhão, dos quais US\$ 321,9 milhões estão alocados diretamente ao setor agroalimentar.

O GCF aprovou 19 propostas para o setor agrícola em 2025, somando US\$ 1,23 bilhão em compromissos, com expectativa de beneficiar 115 milhões de pessoas, restaurar 28 milhões de hectares e evitar a emissão de 120 MtCO_{2e}. O portfólio incluiu soluções como irrigação solar, monitoramento glacial, redução de perdas alimentares e sistemas de informação climática em zonas de conflito. Esses dados mostram que há projetos apoiados com financiamento climático, mas é preciso ampliar significativamente o volume de recursos e a escala dos projetos.

Na reunião dos órgãos subsidiários da UNFCCC, em junho, ocorrerá um novo workshop para apresentar e discutir soluções climáticas para agricultura e avaliar de que forma ampliar a implementação desses projetos. É importante destacar que a COP30 cristalizou no multilateralismo climático, a visão de que é preciso aprofundar a implementação de projetos que gerem resultados de mitigação e adaptação. Esse enfoque é corroborado pela evolução das discussões sobre financiamento climático, visto que a meta de alcançar ao menos US\$ 1.3 bilhão por ano até 2030 exige ampliar significativamente as fontes de recurso para financiamento e catalisar acesso a esses recursos, visto que há múltiplos obstáculos que precisam ser vencidos, especialmente para países com dívidas elevadas e

com falta de atratividade para investimentos.

Isso sugere que a COP31, na Turquia, será o momento para definir um novo ciclo de atividades para o grupo temático que trata de agricultura e isso exige incluir a conexão de financiamento climático para apoiar na implementação das ações e políticas definidas pelos países como prioritárias.

É preciso literalmente destravar financiamento para tecnologias e práticas que beneficiem as diferentes agriculturas do mundo. E o Brasil tem um papel fundamental para ajudar a ampliar esse objetivo, de um lado, pela experiência com a agricultura tropical de baixo carbono, de outro, pelas oportunidades de aperfeiçoar os diferentes sistemas produtivos existentes no país, envolvendo especialmente os produtores menores que precisam de suporte contínuo para evoluir.

A recuperação de áreas degradadas para agricultura, pecuária, florestas, no contexto do Programa Caminho Verde, que almeja recuperar 40 milhões de hectares, fortalece a visão de que restaurar solos degradados é crucial para qualquer país, trazendo ganhos climáticos, de biodiversidade, de combate à desertificação associados ao incremento na produção de alimentos e energias renováveis. A Resilient Agriculture Investment for net Zero land degradation - RAIZ, lançada na COP30 na Agenda de ação, parte dessa visão, de que é preciso apoiar os países na recuperação de suas áreas degradadas, transformando passivos em ativos que contribuem para a segurança alimentar, o clima e a vida das pessoas.

O Programa Ecoinvest criado pelo Brasil, já captou R\$ 127 bilhões, sendo R\$ 56 bilhões de investimentos externos e R\$ 30 bilhões dedicados para recuperar 1,4 milhões de hectares de áreas degradadas. Como mostra estudo recente da Agroicone com base no Índice de Desenvolvimento Rural por Cadastro Ambiental Rural (IDR-CAR), no Pará há 6,6 milhões de hectares de pastagem com baixo e médio vigor, sendo 2,7 milhões de hectares em áreas de agricultura familiar. Promover a recuperação dessas áreas exige estratégias que incluam os produtores rurais de pequeno porte, facilitem acesso a crédito, tecnologias e viabilizem a transição de um sistema produtivo ineficiente.

É válido esperar uma decisão da COP31 sobre o futuro das discussões sobre agricultura. E o principal caminho precisa incorporar a pauta de financiamento, provindo de diversas fontes (bancos multilaterais, bancos privados, mecanismos financeiros da UNFCCC, políticas públicas e a atratividade de investimentos mediante instrumentos inovadores e estruturas de taxonomia, outras), como ampliar a capacidade de acessar esses recursos e catalisar cooperação para impulsionar projetos que cheguem à realidade de diferentes sistemas agrícolas em todos os cantos do mundo.

O sucesso do multilateralismo climático exige, quando se trata de agricultura, reconhecer a diversidade dos desafios inerentes aos múltiplos sistemas produtivos e, criar oportunidades para evoluir na produção de alimentos, energias renováveis com base agrícola, biomassa, que gerem capacidade para ampliar o desenvolvimento de baixo carbono.

Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui 22 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis

Os artigos publicados pela **Broadcast** expressam as opiniões e visões de seus autores